

Médio Oriente

## **Os desafios de Abu Mazen**

Mahdi F. Abdul Hadi

Será Abu Mazen capaz de convencer a rua palestina a apoiá-lo, e à sua missão, criando assim uma base de legitimidade para a sua liderança, antes de ir a Washington, Londres, Paris e Berlim para obter o "reconhecimento internacional"?

O conflito israelo-palestiniano entrou numa fase de negação, caracterizada pelo ódio e pela raiva, num infundável episódio de confronto, liderado por uma cultura de vingança israelita e de resistência palestina, através do sacrifício ou do suicídio.

Com todas as dores da actual Nakba, pouco apoio árabe e uma contribuição europeia limitada, a casa palestina continua a ser internamente desafiada por visões contraditórias e missões dos chamados *insiders* – activistas da sociedade civil e eleitos que emergiram desde a primeira Intifada – e *outsiders* – membros da OLP e outros retornados, que controlam as instituições da Autoridade Palestiniana, bem como a maioria das facções. Os frequentemente contraditórios interesses destes dois campos determinam o relacionamento entre eles e distorcem a visão nacional de independência e de sentido de Estado.

Neste contexto, uma nova iniciativa do Quarteto (Estados Unidos, União Europeia, Nações Unidas e Rússia) criou uma tempestade política, exigindo uma mudança de liderança e reformas institucionais nos sistemas político e de segurança, como forma de fazer os palestinianos sair da actual situação. Ninguém discordaria que a vontade de mudança, de reformas e de eficiência era uma antiga exigência de palestinianos de todos os sectores da sociedade e de diferentes facções políticas.

Arafat – sob pressão interna e externa – concordou em satisfazer essa exigência e anunciou, inter alia, a criação do posto de primeiro-ministro. Apresentou ao Comité Executivo da OLP três modelos: o primeiro era o do primeiro-ministro libanês, que possui aptidões técnicas e políticas e os recursos financeiros pessoais necessários para impulsionar o desenvolvimento e projectos de investimento. Arafat não escondeu que gostaria de ter um “Hariri palestiniano”, papel que desejava que fosse ocupado pelo empresário Munib Al-Masri. A segunda opção era copiar o modelo egípcio e sírio, onde

o primeiro-ministro é sobretudo um administrador leal que serve o chefe de Estado. O terceiro modelo ponderado era o britânico, onde um primeiro-ministro eleito tem fortes poderes na condução do governo, enquanto o papel do chefe de Estado se limita a funções de representação. Escusado será dizer que Arafat queria evitar este modelo, pois constituía uma ameaça à sua liderança – foi, no entanto, o adoptado pelo Conselho Legislativo Palestino (CLP).

A Fatah recusava aceitar que alguém de fora ocupasse o cargo, e o seu Comité Central nomeou o membro fundador Mahmoud Abbas (Abu Mazen), cuja candidatura foi, então, apoiada pelo CLP (dominado pela Fatah).

Os palestinianos estão divididos quanto à avaliação que fazem destes desenvolvimentos: alguns têm uma esperança genuína de que a mudança de liderança e as reformas institucionais signifiquem o fim da velha era, levando a sociedade a passar da agenda da «revolução até à vitória» para a «construção do Estado». Outros ainda são cépticos, receando que tácticas políticas e estratégias de sobrevivência da actual liderança estejam por trás da recente onda de reformas. Um terceiro grupo – a maioria silenciosa – vê-os como mais uma fase transitória, que não trará quaisquer resultados, convencidos de que enquanto Sharon estiver no poder nada mudará.

A Março de 2003, Abu Mazen aceitou formalmente o cargo de primeiro-ministro palestiniano e iniciou consultas para formar o novo governo. Afirmando “os meus homens são os seus homens”, Arafat aconselhou-o a manter todos os ministros nos seus postos, numa demonstração de permanência de lealdade. O desafio que Abu Mazen enfrenta é conseguir um equilíbrio entre o receio de Arafat de perder o controle, com a velha guarda a agarrar-se ao poder, e os seus planos de incluir novas caras.

Outro desafio é a “contenção” das facções políticas, particularmente delicado porque ele não pode satisfazer simultaneamente as facções (Fatah, PPP, FIDA) que aceitaram integrar o seu governo e as que recusaram, apesar de precisar do apoio de ambas para concretizar a sua agenda política, que defende a passagem de uma Intifada militarizada para uma Intifada política.

Abu Mazen também precisará das qualificações e dos contactos dos líderes da sociedade civil para reforçar o seu governo. As elites das ONGs, no entanto, querem conhecer o seu programa político antes de apoiarem o novo governo e as reformas. Consideram que o

seu papel é mais de observadores e críticos externos, em vez de partilharem responsabilidades directas.

Durante um aceso debate com facções islâmicas em Gaza, tornou-se claro para Abu Mazen que, antes de se comprometerem com as “tréguas” que ele preconiza, de forma a poder influenciar a opinião pública israelita, elas deverão insistir na abertura dos postos de passagem, no congelamento da construção de colonatos e no fim do doloroso episódio de mortes e de destruição, a libertação de presos, bem como que a liderança e as instituições islâmicas deixem de ser rotuladas como “terroristas”.

Para conseguir reconstruir “pontes de negociação” com o governo israelita, Abu Mazen tem que conseguir acabar com a actual Nakba e que convencer a opinião pública palestina que é possível criar um ambiente de coexistência diferente. Para tal, necessita do apoio de Washington e Londres, que devem pressionar Sharon a pôr em prática o *road map*.

O sucesso ou fracasso de Abu Mazen dependerá do seu comportamento – se actuará como um leal antigo OLP ou se se tornará num novo líder, pronto a pôr em prática as reformas necessárias. Será ele capaz de convencer a rua palestina a apoiá-lo, e à sua missão, criando assim uma base de legitimidade para a sua liderança, antes de ir a Washington, Londres, Paris e Berlim para obter o “reconhecimento internacional”? Conseguirá ele ganhar a credibilidade com a imposição da lei e da ordem, garantindo a segurança e um sistema judicial forte e independente? Será ele capaz, ainda por cima, de convencer os israelitas de que devem confiar nele – e não testá-lo – e contribuir com a sua parte, pondo um fim ao sofrimento palestino sem exigências adicionais? Será ele capaz de gerar um novo sentimento de esperança e de fazer regressar a vida à economia e à sociedade palestinas?

Se o novo primeiro-ministro não estiver em condições de cumprir os requisitos referidos – e, infelizmente, esta parece ser uma missão impossível – a única mudança que se avizinha é o anúncio de mais um governo, com apenas ligeiras modificações no programa político. E assim, não deverá demorar muito até que seja anunciada a sua demissão.

Se os palestinos tomarem consciência dos riscos envolvidos no fracasso de Abu Mazen – e com ele, do processo de reformas – existe uma pequena hipótese de que escolham apoiar a sua missão, como saída para o actual impasse. Nesse caso, todas as partes terão

que juntar forças para reconstituir a Palestina, preparando-se para as eleições que elegerão uma futura liderança legítima, que terá mandato para construir o Estado.